ISSN: 2358-8829

PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Aglaíde de Magalhães da Silva [1]
Ellendhyene Lima de Oliveira [2]
Janaina Cícera Ferreira da Silva [3]
Luís Carlos dos Santos [4]

INTRODUÇÃO

A realidade social brasileira configurou-se, historicamente, por profundas desigualdades estruturais que afetaram de maneira desproporcional a infância e a juventude (Santos, 2024, p. 45). Em territórios marcados pela precariedade habitacional, pela ausência de saneamento básico, pela fragilidade do mercado de trabalho formal e pela violência sistêmica, a vulnerabilidade social deixou de ser um conceito abstrato e materializou-se no cotidiano de milhões de crianças e adolescentes. Essa condição de vulnerabilidade não se reduziu unicamente à insuficiência de renda das famílias, mas compreendeu a privação do acesso a bens culturais, à educação de qualidade, aos serviços de saúde e a espaços seguros de lazer e convivência. Foi nesse cenário sócio-histórico complexo que o debate sobre a proteção social e a garantia dos direitos fundamentais do público infanto-juvenil ganhou relevância central nas agendas acadêmicas e governamentais.

[1] Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE), Licenciatura em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e o Trabalho em Comunidade pela Faculdade Kurios, Esp. em Gestão em Recursos Humanos pela Faculdade Vale do Salgado (FVS), aglaidemagalhaes@gmail.com;
[2] Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK), Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário INTA (UNINTA), Esp. em Letras e Literatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Discente do curso de Pós-graduando em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). ellendh11@hotmail.com;
[3] Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Latino-Americana de Educação (FLATED), Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Internacional do Delta, Esp. em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), janahistoria2020@gmail.com;
[4] Bacharel em Administração (ESTACIO FAL), Licenciatura em Educação Especial (Unifahe), Discente do curso de Serviço Social (UNIFATECIE), Esp. em Educação Profissional e Tecnológica (IFCE), Esp. em Gestão Pública e Gestão de Pessoas (FAVENI), Esp. Políticas Públicas e Socioeducação Universidade de Brasília (UnB), Me. em Economia Rural (UFC), karloskaka@gmail.com;

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco normativo divisor de águas ao estabelecer a Doutrina da Proteção Integral (Brasil, 1988). No artigo 227 da Carta Magna, fixou-se o dever compartilhado entre a família, a sociedade e o Estado de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Subsequentemente, a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, rompeu definitivamente com a antiga Doutrina da Situação Irregular (Consolidada no Código de Menores de 1979), passando a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em peculiar fase de desenvolvimento (Brasil, 1990; Santos, 2024, P. 45).

Tabela 1: Marcos normativos e legais da Proteção Integral da Infância e Adolescência no Brasil.

Marco Legal / Normativo	Ano	Principais Alterações / Avanços para a Proteção Integral
Constituição Federal (Art. 227)	1988	Instituiu a Doutrina da Proteção Integral e a prioridade absoluta da infância e juventude.
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	1990	Consolidou crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e detalhou medidas protetivas e socioeducativas.
Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	1993	Definiu a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, de caráter não contributivo.
Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	2004	Estruturou a proteção social em Básica e Especial, organizando a matricialidade sociofamiliar.
Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais	2009	Regulamentou o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no âmbito do CRAS.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em dados normativos e teóricos da pesquisa.

Paralelamente, a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, e a subsequente aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) operacionalizaram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse sistema organizou as ações assistenciais em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica, voltada para a prevenção de situações de risco por meio do fortalecimento de

vínculos familiares e comunitários, e a Proteção Social Especial, direcionada a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Inserido na Proteção Social Básica, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) assumiu o papel de unidade pública estatal territorializadas, responsável pela execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Entretanto, observou-se ao longo das últimas décadas que a execução dessas políticas enfrentou gargalos estruturais e operacionais nos territórios vulneráveis. O simples cumprimento das normativas legais não garantia a emancipação social dos sujeitos se as intervenções institucionais permanecessem presas a modelos assistencialistas ou puramente tutelares. Diante desse panorama, emergiu o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as práticas socioeducativas desenvolvidas em ambientes não formais de atendimento e convivência contribuíram efetivamente para o fortalecimento de vínculos, a promoção da cidadania e a emancipação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social?

Problematização Científica Central: De que modo as metodologias socioeducativas não formais operadas no SUAS superam as abordagens assistencialistas tradicionais para promover a autonomia crítica, o protagonismo infanto-juvenil e a mitigação dos impactos das desigualdades socioeconômicas territoriais?

Para responder a esse questionamento, o presente estudo delimitou como objetivo geral analisar o impacto e a relevância das práticas socioeducativas na formação da cidadania e na ampliação de oportunidades para crianças e adolescentes inseridos em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Os objetivos específicos compreenderam: Examinar as bases conceituais da vulnerabilidade social e as diretrizes da Proteção Social Básica no âmbito do SUAS; Discutir as contribuições da Pedagogia Social e do pensamento freiriano para a estruturação de ações educativas não formais; Identificar o papel do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) na construção do protagonismo infanto-juvenil e no estreitamento das relações comunitárias; Problematizar os desafios operacionais, orçamentários e institucionais enfrentados pelas equipes multiprofissionais na operacionalização dessas práticas nos territórios periferizados e rurais.

A relevância acadêmica do estudo fundamentou-se na necessidade de preencher lacunas na literatura científica que articulassem, de forma interdisciplinar, os campos da Pedagogia, da Assistência Social, da Administração Pública e da Economia Rural. A

intersecção entre esses saberes permitiu compreender como as desigualdades econômicas locais impactaram a dinâmica das famílias vulneráveis e exigiriam estratégias educativas transdisciplinares. Sob a perspectiva social, a investigação justificou-se pela urgência de subsidiar a formulação, o aperfeiçoamento e a avaliação de políticas públicas voltadas à infância e à juventude, oferecendo parâmetros reflexivos para educadores sociais, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e gestores públicos que atuavam diretamente nas pontas do sistema de garantia de direitos.

METODOLOGIA

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, adequada à compreensão de fenômenos sociais complexos e não redutíveis a métricas quantitativas (Santos, 2026; Minayo, 2012). Do ponto de vista técnico, a pesquisa fundamentou-se em dois eixos principais: Pesquisa Bibliográfica e Documental: Análise de referenciais teóricos multidisciplinares (Serviço Social, Pedagogia, Políticas Públicas) e de marcos legais estructurantes da proteção social brasileira (Constituição de 1988, ECA, LOAS, PNAS, Tipificação Nacional do SCFV e orientações técnicas do MDS).

Análise Empírica Indireta: Exame de relatórios técnicos, planos de trabalho e memórias de experiências pedagógicas de CRAS em territórios periféricos e rurais do Ceará, contemplando o atendimento a crianças e adolescentes. O tratamento dos dados processou-se por meio da análise de conteúdo categorial (Minayo, 2012), estruturando-se em três eixos analíticos: Eixo 1: O papel dos espaços socioeducativos no estímulo à expressão e ao diálogo. Eixo 2: Os impactos no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Eixo 3: Os desafios estruturais e operacionais enfrentados pelas equipes na prática cotidiana.

A condução da pesquisa obedeceu rigorosamente aos princípios éticos de integridade acadêmica e preservação de identidades.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

Vulnerabilidade Social e Proteção Social Básica no Âmbito do SUAS

A vulnerabilidade social ultrapassa a dimensão econômica, envolvendo fragilidades nos vínculos sociais e nas condições de vida (Wanderley, 2001, p. 18), além do desequilíbrio entre os recursos familiares e as oportunidades disponíveis (Yazbek, 2003, p. 52). Entre crianças e adolescentes, manifesta-se na violência, no trabalho infantil e no acesso limitado a direitos. A Proteção Social Básica do SUAS atua preventivamente por meio do CRAS (Brasil, 2004), considerando as particularidades territoriais, compreendidas como espaços de relações, identidades e resistências (Sposito, 2000). Em contextos rurais e periféricos, a instabilidade econômica reforça a necessidade de transferência de renda e acompanhamento psicossocial (Santos, 2026, p. 88).

Pedagogia Social, Educação Não Formal e Paulo Freire

A Educação Não Formal complementa a escolarização por meio de práticas flexíveis que valorizam a realidade sociocultural e a cidadania (Gohn, 2010, p. 34). Freire (1987, p. 96) critica a educação bancária e defende o diálogo, a conscientização e a reflexão crítica como caminhos para a transformação social. A Pedagogia Social incorpora esses princípios, promovendo autonomia e emancipação (Libâneo, 2002). Arroyo (2012, p. 88) ressalta os saberes construídos pelas pessoas em situação de pobreza, cuja valorização contribui para superar desigualdades socioeducativas (Libâneo, 2002; Santos, 2026, p. 112).

Práticas Socioeducativas e Fortalecimento de Vínculos

No SCFV, atividades culturais, esportivas e reflexivas estimulam cooperação, solidariedade e participação social, contribuindo para a autonomia dos sujeitos (Demo, 2006, p. 29). Reuniões, oficinas e atendimentos psicossociais favorecem o fortalecimento dos vínculos familiares, enquanto as ações comunitárias combatem o isolamento e ampliam as redes de apoio e o pertencimento social.

ISSN: 2358-8829

Cidadania e Protagonismo Infanto-Juvenil

Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, devendo participar das decisões que afetam suas vidas, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assembleias, grupos de convivência e debates comunitários favorecem a autonomia, o pensamento crítico e a resolução de conflitos. Essas experiências também contribuem para prevenir riscos sociais, como o trabalho infantil e o envolvimento com a criminalidade (Santos, 2024, p. 110). Assim, as práticas socioeducativas fortalecem a cidadania, a participação comunitária e o desenvolvimento integral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Papel dos Espaços Socioeducativos no Estímulo à Expressão e ao Diálogo

A análise das práticas socioeducativas observadas nos serviços de convivência evidenciou que esses espaços desempenharam uma função estruturante no desenvolvimento global das crianças e dos adolescentes. Diferente dos ambientes de ensino formal, que frequentemente priorizaram a retenção de conteúdos acadêmicos padronizados, os espaços do SCFV organizaram-se com base na acolhida e na valorização das trajetórias individuais dos participantes. Essa flexibilidade metodológica permitiu que sujeitos habituados ao silenciamento e à marginalização social pudessem construir canais autênticos de expressão.

As oficinas culturais, os círculos de conversa e as vivências corporais atuaram como dispositivos disparadores da fala e da escuta qualificada. Conforme preconizado por Freire (1987) e reiterado por Santos (2024, p. 78), o diálogo não se constituiu como mero instrumento de troca de informações, mas como a condição existencial para a emancipação humana. Constatou-se que, ao se sentirem em um ambiente seguro e não punitivo, as crianças e os adolescentes manifestaram medos, anseios, vivências de violência e sonhos profissionais que antes permaneciam invisibilizados.

Estrutura Metodológica das Oficinas Socioeducativas do SCFV: 1. Acolhida e Checagem Emocional: Círculo inicial de escuta qualificada e pactuação do dia. 2. Atividade Disparadora: Utilização de linguagem artística, esportiva ou lúdica sobre tema transversal. 3. Roda de Conversa Dialógica: Problematização do tema à luz da realidade

local (método freiriano). 4. Síntese Comunitária e Pactuação: Construção coletiva de propostas de ação ou expressão cultural.

Sob essa ótica, as oficinas socioeducativas estruturavam-se metodologicamente em quatro momentos interdependentes e integrados, projetados para favorecer o desenvolvimento crítico e cidadão dos participantes (Santos, 2026). Inicialmente, promovia-se a acolhida com a checagem emocional, momento em que se estabelecia um círculo inicial de escuta qualificada e compartilhamento de vivências cotidianas, garantindo o acolhimento das demandas afetivas do grupo.

Em seguida, introduzia-se a atividade disparadora, a qual utilizava linguagens plurais, como a arte, o esporte e os recursos midiáticos, para contextualizar e problematizar os temas transversais abordados. Sequencialmente, realizavam-se as rodas de conversa dialógicas, profundamente embasadas na perspectiva freiriana de problematização da realidade, estimulando a reflexão analítica sobre as vivências locais (Freire, 1987; Santos, 2024). Por fim, culminava-se na síntese comunitária e na pactuação, etapa em que os educandos construíam coletivamente propostas e soluções aplicáveis ao cotidiano do seu território, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a autonomia infanto-juvenil.

A utilização de metodologias participativas estimulou o desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima do público infanto-juvenil. As atividades artísticas (como o teatro do oprimido, a literatura de cordel, a dança e as artes plásticas) funcionaram como linguagens mediadoras capazes de traduzir conflitos internos e sociais. A partir dessa mediação estética, os educandos conseguiram analisar criticamente a sua própria realidade sociohabitacional, percebendo que os problemas vivenciados nos seus bairros – tais como a falta de saneamento, a escassez de transporte e a violência – não decorriam de marcas individuais, mas de injustiças estruturais distributivas.

Essa tomada de consciência política e social refletiu-se na mudança de postura dos participantes perante a comunidade e a instituição escolar. Relatos de técnicos e educadores indicaram diminuição nos índices de evasão escolar e redução de comportamentos agressivos entre os jovens atendidos pelo SCFV. Ao reconfigurarem sua percepção sobre si mesmos, crianças e adolescentes passaram a vislumbrar projetos de vida de longa duração, superando a imediatez e o imediatismo impostos pela extrema pobreza (Santos, 2026, p. 145).

ISSN: 2358-8829

Dessa forma, o espaço socioeducativo atuou não como um mero passatempo ou depósito de crianças, mas como um centro de formação cívica e humana integral. A capacidade de articular a dimensão afetiva, a expressão artística e a análise crítica da sociedade consolida o SCFV como pilar indispensável da política de Proteção Social Básica no contexto brasileiro.

Impactos no Fortalecimento de Vínculos e na Convivência Comunitária

A investigação revelou que o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários operou-se mediante a criação de espaços de sociabilidade saudáveis, capazes de rivalizar com os apelos da criminalidade e da exploração do trabalho infantil no território. As atividades socioeducativas proporcionaram às crianças e aos adolescentes a oportunidade de vivenciarem o sentimento de pertencimento a um grupo social pautado pelo respeito à diversidade, pela cooperação e pela resolução pacífica de conflitos.

No tocante à esfera familiar, a atuação articulada entre educadores sociais, assistentes sociais e psicólogos no CRAS demonstrou capacidade de atenuar conflitos intergeracionais e fragilidades relacionais. As reuniões periódicas com os pais ou responsáveis e a inclusão das famílias nas celebrações comunitárias permitiram reconfigurar as percepções dos adultos sobre as capacidades e os direitos dos seus filhos. Observou-se que a superação de padrões disciplinares violentos e punitivos nos lares deu-se, em grande medida, pela mediação reflexiva proporcionada pelos profissionais da Proteção Social Básica.

Tabela 2: Síntese dos impactos observados nas diferentes dimensões de atuação do SCFV.

Dimensão dos Impactos	Manifestações Observadas no Cotidiano	Resultados de Longo Prazo
Dimensão Familiar	Ampliação do diálogo entre pais e filhos; diminuição de punições físicas e verbais nas relações domésticas.	Restabelecimento da função protetiva da família e prevenção do acolhimento institucional.
Dimensão Comunitária	Apropriação de praças e equipamentos públicos; atuação ativa em feiras, fóruns e lideranças locais.	Consolidação do capital social territorial e redução do isolamento e estigmatização social.

Dimensão dos Impactos	Manifestações Observadas no Cotidiano	Resultados de Longo Prazo
Dimensão Individual	Elevação da autoestima; desenvolvimento do pensamento crítico; elaboração de projetos de vida autônomos.	Construção do protagonismo infanto-juvenil e engajamento cidadão transformador.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em dados normativos e teóricos da pesquisa.

No âmbito comunitário, as práticas socioeducativas projetaram-se para fora dos muros das instituições. A realização de feiras culturais, intervenções urbanas, campanhas educativas sobre os direitos da infância e mutirões comunitários permitiu reocupar os espaços públicos dos bairros. Essa apropriação cívica do território fortaleceu o sentimento de identidade local e reduziu a estigmatização de jovens periféricos.

Desafios Estruturais e Operacionais Enfrentados nas Práticas Socioeducativas

A despeito dos avanços qualitativos observados, a análise dos dados revelou a existência de severos obstáculos estruturais e operacionais que limitavam o alcance e a sustentabilidade das práticas socioeducativas no Brasil. O principal entrave identificado relacionou-se ao subfinanciamento crônico das políticas de assistência social. As oscilações no repasse de recursos federais e estaduais para os fundos municipais resultaram na precarização da infraestrutura física de muitos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de entidades parceiras do SCFV.

A carência de materiais pedagógicos adequados, a inadequação dos espaços físicos (muitas vezes alugados e sem acessibilidade ou ventilação apropriada) e a falta de equipamentos de informática prejudicaram o pleno desenvolvimento das oficinas socioeducativas. Ademais, constatou-se uma elevada rotatividade das equipes de educadores sociais e profissionais da assistência social, decorrente de vínculos empregatícios precarizados, da ausência de planos de cargos e carreiras e das baixas remunerações praticadas pelo setor público municipal e por organizações da sociedade civil.

> "Essa conjuntura de subfinanciamento do SUAS desencadeou um verdadeiro efeito cascata nos territórios vulneráveis, desdobrando-se primariamente na precarização da infraestrutura física dos CRAS e das unidades do SCFV. Tal limitação material refletiu-se na rotatividade elevada dos profissionais e educadores sociais, o que comprometeu severamente a continuidade das ações propostas e desestruturou o acompanhamento contínuo e o fortalecimento do vínculo afetivo indispensável ao desenvolvimento dos educandos (Arroyo, 2012; Santos, 2024, 2026)."

Por fim, identificou-se uma persistente fragilidade na articulação intersetorial entre a rede socioassistencial, o sistema de saúde, a educação formal e o Sistema de Garantia de Direitos (Conselhos Tutelares). Essa atuação desarticulada fragilizou o atendimento integral das demandas apresentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade extrema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo permitiu evidenciar a centralidade das práticas socioeducativas na promoção da cidadania, no fortalecimento de vínculos e na proteção integral de crianças e adolescentes inseridos em contextos de vulnerabilidade social (Santos, 2024). Ao longo da investigação, constatou-se que a educação não formal, fundamentada nos princípios da Pedagogia Social e no pensamento dialógico freiriano, constituiu um canal indispensável para a superação das desigualdades socioeducativas e para a emancipação dos sujeitos históricos periféricos (Freire, 1987; Santos, 2026).

Os objetivos propostos foram plenamente alcançados. Ficou demonstrado que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), operado no âmbito da Proteção Social Básica do SUAS, transcendeu o caráter puramente assistencialista ou ocupacional, configurando-se como um verdadeiro espaço de aprendizagem crítica, acolhida afetiva e estímulo ao protagonismo infanto-juvenil.

Diante do exposto, recomenda-se: Garantia de Financiamento Público Estável: Assegurar recursos orçamentários contínuos e vinculados para a Proteção Social Básica, visando à melhoria da infraestrutura física dos CRAS e dos espaços de convivência; Valorização Profissional e Formação Continuada: Instituir planos de cargos e remuneração digna para os trabalhadores do SUAS, além de implementar programas permanentes de capacitação em Pedagogia Social e Direitos Humanos; Fortalecimento da Intersetorialidade: Criar fluxos operacionais e redes formais de cooperação entre Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e Sistema de Garantia de Direitos; Fomento ao Diagnóstico Socioterritorial Participativo: Estimular a participação direta das comunidades, das famílias e dos adolescentes no planejamento e avaliação das metodologias socioeducativas.

Palavras-chave: Convivência comunitária, Desenvolvimento social, Participação social, CRAS, Processos educativos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e educadores sociais que atuam nos CRAS e SCFV, cujo compromisso com a garantia dos direitos de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social inspirou esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. MDS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. CNAS. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2009.

DEMO, P. **Pobreza da pobreza.** Petrópolis: Vozes, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTOS, L. C**. Políticas públicas socioeducativas e a garantia de direitos de crianças e adolescentes.** Brasília: UnB, 2024.

SANTOS, L. C. **Gestão do SUAS e o fortalecimento de vínculos em territórios vulneráveis**. Iguatu: Ed. do Autor, 2026.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões sobre a formação de jovens na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 73-88, 2000.

WANDERLEY, M. B. **Refletindo sobre a noção de exclusão social.** In: SAWAIA, B. (org.). As artimanhas da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2001.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.